

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.464.691 - SP (2019/0066411-5)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : JAUNEVAL DE OMS
ADVOGADOS : JOEL LUIS THOMAZ BASTOS - SP122443
RICARDO POMERANC MATSUMOTO - SP174042
LUIZ FERNANDO PRADO DE MIRANDA - SP179165
BARBARA PESSOA RAMOS - SP296996
PRISCILA OLIVEIRA PRADO PORTO ALEGRE - SP344089
AGRAVADO : ARBEIT CONSULTORIA E SERVICOS LTDA
ADVOGADOS : ALESSANDRA DE SOUZA CARVALHO - SP166475
FÁBIO JOSÉ DE CARVALHO - SP243348
INTERES. : INEPAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A - EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL
REPR. POR : DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA -
ADMINISTRADOR
ADVOGADOS : JOEL LUIS THOMAZ BASTOS - SP122443
THOMAS BENES FELSBERG - SP019383
LEONARDO LINS MORATO - SP163840
RICARDO POMERANC MATSUMOTO - SP174042
CLARA MOREIRA AZZONI - SP221584
ADRIANA MARIA CRUZ DIAS DE OLIVEIRA - SP236521
LUIZ FERNANDO PRADO DE MIRANDA - SP179165

EMENTA

PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. OCORRÊNCIA DE PRECLUSÃO. RECURSO ESPECIAL. **INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO NCPC.** ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO. INEXISTÊNCIA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 282, DO STF. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO

DECISÃO

INEPAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A (INEPAR) E JAUNEVAL DE OMS (JAUNEVAL) opuseram embargos à execução movida por ARBEIT CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA (ARBEIT) alegando, em síntese, nulidade de cláusula contratual e excesso de execução.

Os embargos à execução foram julgados procedentes, extinguindo-se a execução em relação a INEPAR por ausência de interesse de agir. Em relação a JAUNEVAL, os embargos foram acolhidos somente para determinar a substituição da

taxa CDI pelo INPC, prosseguindo-se a execução (e-STJ, fls. 247/251).

Os embargos de declaração opostos pela INEPAR em face da sentença, foram rejeitados pelo Juízo (e-STJ, fl. 264).

Interposta apelação por JAUNEVAL, o Tribunal de origem negou-lhe provimento, em acórdão assim ementado:

EMBARGOS À EXECUÇÃO - Pretensão de extinção da execução em relação ao coobrigado pela dívida. INADMISSIBILIDADE: É incabível a apreciação desse pedido em razão da preclusão. Questão que já foi decidida no agravo de instrumento nº 2252854-31.2015.8.26.0000, desta relatoria. Impossibilidade de discussão de matéria coberta pela preclusão. Aplicação dos artigos 505 e 507 do CPC.

RECURSO DESPROVIDO (e-STJ, fl. 919).

Inconformado, JAUNEVAL interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 49 e 59 da Lei nº 11.101/2005; 17, 489, § 1º, IV e 924, II do NCPC, alegando, em síntese (1) ausência de fundamentação, pois o aresto recorrido não teria enfrentado os argumentos trazidos nas razões de apelação, fundamentando seu entendimento na ocorrência de preclusão; (2) ausência do interesse de agir na ação de execução; e, (3) que a dação em pagamento prevista no plano de recuperação judicial do grupo Inepar extingue o crédito perseguido pela recorrida ARBEIT, não restando lastro para o prosseguimento da ação de execução.

Em juízo de admissibilidade, a presidência da seção de direito privado do Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial.

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Da alegação de ausência de fundamentação - art. 489, § 1º do NCPC

A turma julgadora negou provimento ao recurso de apelação do

recorrente JAUNEVAL sob o fundamento de que a matéria ali tratada encontrava-se preclusa. Confira-se o aresto recorrido:

No caso, somente o executado embargante Jauneval de Oms apela pleiteando a extinção do processo de execução também em relação a ele, sob o fundamento de que o crédito executado é objeto do plano de recuperação da empresa do Grupo Inepar. Alega em síntese que houve novação da dívida original e isso impede o prosseguimento da execução quanto aos avalistas.

Ocorre que essa questão já foi decidida no agravo de instrumento interposto pelo apelante (nº 2252854-31.2015.8.26.0000) (fls. 749/760). Foi decidido que o deferimento do pedido e o processamento da recuperação judicial da pessoa jurídica devedora não impede o prosseguimento da execução em relação aos avalistas do título objeto do processo de execução. Na recuperação judicial as garantias das obrigações novadas se mantêm íntegras, sendo possível o prosseguimento da execução contra os avalistas.

Não há, portanto, novos elementos para se alterar o que foi decidido no mencionado agravo de instrumento e, por isso, a questão não pode ser mais revista, em razão da preclusão (e-STJ, fl. 921 - sem destaque no original).

Assim, verifica-se que a decisão fora devidamente fundamentada.

Ademais, não foram interpostos embargos de declaração em face do acórdão com o objetivo de sanar eventual omissão do julgado, bem como o recorrente sequer apontou eventual violação do art. 1.022 do NCPC.

(2)(3) Alegação de violação dos arts. 17 do NCPC; 49 e 59 da Lei nº 11.101/2005

Verifica-se que referidos dispositivos legais não foram objeto de discussão no acórdão recorrido e tampouco foram opostos embargos de declaração para esta finalidade. Assim, inexistente o prequestionamento, obstaculizada está a via de acesso ao apelo excepcional. Inafastável assim, por analogia, a incidência da Súmula nº 282 do STF: *É inadmissível o recurso extraordinário quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.*

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **CONHECER EM PARTE** do recurso especial e, nessa extensão, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**.

MAJORO em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor de JAUNEVAL, nos termos do art. 85, § 11 do NCPC, observado, se o caso, o art. 98, § 3º do NCPC.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará

sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

